

DENÚNCIA. Organização Social com gordo contrato com a Prefeitura não garante atendimento mínimo para os trabalhadores

Servidores não conseguem segunda via do **CARTÃO QUALIDADE**

Recursos previstos em contrato não são suficientes para comprar material necessário?

O Instituto Curitiba de Informática (ICI), também conhecido como Instituto das Cidades Inteligentes, Organização Social (OS) detentora de um dos maiores contratos da Prefeitura de Curitiba, responsável por todos os portais na internet, pelos sistemas eletrônicos de trabalho e de atendimento ao cidadão, está há mais de três meses sem material para emissão do cartão qualidade, documento de identificação multifuncional amplamente utilizado pelos servidores. Em casos de roubo, perda ou dano no cartão, o servidor fica desassistido, sem a segunda via.

Em resposta a questionamento do SISMUC, o ICI alega que houve mudança na tecnologia dos cartões e ainda deve demorar mais 30 dias para voltar a imprimir o documento. O sindicato também cobrou via ofício a responsabilidade pela entrega dos cartões e somente após manifestação da entidade o ICI passou a registrar os pedidos para segunda via, com o compromisso de avisar quando o serviço for retomado. Não é a primeira vez que o ICI deixa de confeccionar o cartão. Servidores relatam que em 2014 foram mais de 6 meses de espera.

Por situações como esta é que somos contra a terceirização dos contratos da Prefeitura. Não é terceirizando responsabilidades

que os serviços vão funcionar ou melhorar, pois já são meses sem atender a categoria.

A não emissão do cartão qualidade demonstra a política de desvalorização dos servidores municipais praticada pela gestão Greca, que nem se preocupa em garantir que os benefícios cheguem para categoria. Pra quem está com salários que não acompanham a inflação dos últimos dois anos, com carreiras congeladas, ficar sem os benefícios do cartão qualidade é um grande problema no orçamento doméstico.

CONTRATO RENOVADO

Em dezembro de 2018 a Prefeitura firmou novo contrato com o ICI, por 36 meses, e valor aproximado de R\$ 350 milhões, com valores estimados conforme o Plano Plurianual 2018-2021: 2018 - R\$ 95.251.000,00; **2019 - R\$ 78.696.000,00**; 2020 - R\$ 84.177.400,00 e 2021 - R\$ 86.679.600,00.

O cartão criado em 1997 é um dos "cases" de sucesso do ICI, que já teve o contrato questionado, após auditoria do TCE encontrar 490 irregularidades. Para renovação do contrato, as irregularidades foram sanadas e foi feita a entrega simbólica dos códigos-fontes de 183 sistemas de propriedade do município e dos quais o ICI cobrava, até 2013, parcelas mensais no valor de R\$ 900 mil.



Posto de atendimento do ICI no Edifício Delta informa sobre o problema

OSs no serviço público

O ICI como Organização Social foi criado em 1998 tendo a Prefeitura como principal cliente. A cobrança mensal sobre os códigos-fonte que era praticada, é um dos exemplos de como aditivos pouco transparentes são vantajosos para as OSs, pessoa jurídica que a administração diz melhorar a prestação de serviços, mas em Curitiba nem o cartão qualidade é garantido. Devido ao contrato de gestão com o ICI, a Prefeitura não tem nos seus quadros servidores da área de tecnologia e fica à mercê de contratos vantajosos para os empresários.

nologia e fica à mercê de contratos vantajosos para os empresários.

Além do ICI a Prefeitura conta com OSs com ampla atuação na Fundação Cultural de Curitiba (FCC) e na Saúde.

NA FCC a OS Instituto Curitiba de Arte e Cultura (ICAC) assumiu em 2004 como responsável pela área de música e já responde também pelas áreas de dança e audiovisual. Quando o ICAC assumiu a FCC tinha mais de 700 servidores, hoje são cerca de 200, sem plano de carreira e

sem previsão de concursos para preencher as vagas.

Na Saúde, que já possui a FEAES com contratos de trabalho precarizados, **em 2018 foi firmado contrato com a OS Instituto Nacional de Ciências da Saúde (INCS), que administra a UPA CIC.** A OS precarizou o atendimento em comparação com as demais UPAs, e mesmo assim foi anunciado que será ampliada a implantação de OS, agora nas UPAs Boa Vista, Cajuru e Sítio Cercado a partir de novembro.

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1577 | Rebouças 80220-070 | Curitiba-PR
Fone/Fax: (41) 3322-2475 | 98407-4932
E-mail: sismuc@sismuc.org.br

Jornalista responsável
 Gisele Rossi
 MTb 2838

PRODUÇÃO
 Departamento de Comunicação do SISMUC
 Bruna Bunetti Silva
 Estagiário: Rafael Junge Tajima

ARTE E DIAGRAMAÇÃO
 Ctrl 5 Comunicação

IMPRESSÃO
 Gráfica Mansão

Tiragem: 9 mil exemplares

DIREÇÃO EXECUTIVA

Christiane Izabella Schunig
 Coordenação Geral

Fabiana Prado Caputti
 Coordenação de Administração

Jackeline Fernanda Alves Baptista
 Coordenação de Finanças

Ana Paula Cozzolino
 Coordenação de Secretaria Geral

Walli Wanessa Sass de Paula
 Coordenação de Comunicação e Informática

Marcos Jose Franco
 Coordenação de Assuntos Jurídicos

Maria Jose dos Santos
 Coordenação de Formação e Estudos Socioeconômicos

Jakline Przvbilski
 Coordenação de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Nadir Barbosa de Souza
 Coordenação de Organização por Local de Trabalho

Vicente Pereira de Freitas
 Coordenação de Políticas Sindicais e Relação de Trabalho

Aline Antunes Selbach
 Coordenação de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente

Andre Luis Figel
 Coordenação de Aposentado e Idoso

Ivani Amaro dos Santos
 Coordenação de Mulheres

Maria Socorro dos Santos
 Coordenação de Juventude

Luciana Cristina Bevilacqua
 Coordenação de Raça e Etnia

Alda Padilha
 Coordenação de Pessoas com Deficiência (PCD)

SUPLENTE DIREÇÃO EXECUTIVA

Alexon Alves França da Silva, Daniele Paula dos Santos, Edilcemari da Cruz Thimotheo, Gisele da Silva Aguiar, Icléa Aparecida Alves Mateus, Ivanira Ramalho, Karla Garcia de Almeida, Leklery Francis F. S. Albuquerque, Lia Mara Bevilacqua, Lilliane de Cássia Zanardini Lorusso, Luzia Conrado dos Santos, Nadir Barbosa de Souza, Rita de Cassia Gomes da Silva, Rita de Cassia Ferreira Bueno, Silvana Barioni, Simone de Souza Martins e Tania Regina Pascoal Aoyama

CONSELHO FISCAL

Jonathan Faria Ramos, Josiane Terezinha dos Santos, Kathia Cristina Shinohara, Luciana Varella de Oliveira e Rosângela Maria Pimentel

A VOZ DO SERVIDOR. Carlos Edison de Souza fala sobre a mudança de artífice para polivalente e da transformação da DPP em secretaria

Polivalente FAZ O QUE?

Categoria criada pela lei 11.000 desvalorizou servidores que faziam serviços de manutenção e permitiu intensificar terceirização de serviços

Curitiba é conhecida pela beleza dos parques e praças, mas os servidores que construíram e são responsáveis pela manutenção são totalmente esquecidos pela administração municipal. As obras eram de responsabilidade do antigo Departamento de Parques e Praças (DPP), que posteriormente se tornou a secretaria de Meio Ambiente. O hoje polivalente Carlos Edison de Souza começou sua trajetória profissional na Prefeitura de Curitiba na DPP há 33 anos atrás. Participou da construção de parques como Passaúna, Tingui, Tanguá, Bosque do Alemão, Bosque do Papa, esteve nos mutirões de limpeza que eram realizados nos bairros, tempo em que servidores municipais realizavam os trabalhos de manutenção e zeladoria. Hoje ele é o único servidor público no Parque Passaúna, onde há três anos zela pela manutenção do local. Antes atuou por 25 anos no Parque Barigui, equipamento onde ficou mais tempo, entre outros parques.

“Fomos nós que construímos. Ficávamos mais de 12 horas trabalhando para inaugurar os parques. Depois criaram cargo de secretário, para engenheiro, diretoria no Meio Ambiente, mas nós servidores não fomos valorizados. Começaram a oferecer cursos para seduzir, aumentava um pouco o salário, e depois foi todo mundo transformado em polivalente, que faz o que? Foi um empurrão que não percebemos, mas nós caímos”, opina Carlos.

“Foi triste pelo desmerecimento de todos que fizeram a DPP virar uma secretaria. Não tivemos reconhecimento e depois que viramos polivalente não teve mais curso, não tem carreira. Não teve preocupação em valorizar os funcionários pelo trabalho que foi feito. Simplesmente virou polivalente”, completa.

Aos 57 anos, casado, pai de cinco filhos e com oito netos Carlos Edison é sindicalizado há mais de 10 anos, “porque se não tiver sindicato quem vai me apoiar?”. O servidor também questiona porque a Prefeitura não profissionalizou os trabalhadores ao invés de transformar em polivalente. “Deveriam ter dado cursos profissionalizantes pro soldador virar soldador profissional; pintor, virar pintor profissional, encanador profissional, porque fazíamos essas coisas. Mas daí vieram com cursos de atendimento ao cliente, atendimento ao turista, de computação que não era para nós, trabalhadores acostumados com serviço pesado. A administração não viu que o servidor estava envelhecendo e nos transformou em servidor sucata”, diz Souza.

Carlos entrou como artífice na Prefeitura, por meio da extinta FREI, com contrato CLT e passou a ser estatutário. A transformação para polivalente ocorreu em 2004 e não foi acompanhada de ações para valorização dos profissionais. A Prefeitura passou a terceirizar os serviços de roçagem, pintura, marcenaria, encanamento, manutenção em geral, que os servidores faziam anteriormente e não fez novos concursos.

POLIVALENTES

A função de polivalente foi criada com a aprovação da lei 11.000, durante a gestão de Cássio Taniguchi. Antes, os servidores eram contratados em suas respectivas atividades profissionais. Com a mudança, houve algumas irregularidades como desvio de função e foram igualadas as funções de artífices com a dos auxiliares.

Atualmente os polivalentes são servidores com mais de 50 anos idade, que atuam sozinhos, sem função certa, em situações de desvio de função e se sentem esquecidos pela

administração. A falta de políticas específicas para promoção de saúde desses trabalhadores e formação continuada foram reivindicações apresentadas em mesa de negociação neste ano. Em resposta a Prefeitura alegou que há vários programas para qualificação e promoção da saúde dos servidores, que na realidade não chegam para o conjunto dos trabalhadores.

“ Foi triste pelo desmerecimento de todos que fizeram a DPP virar uma secretaria. Não tivemos reconhecimento e depois que viramos polivalentes não teve mais curso, não tem carreira ”



SEM TRÊGUA. Administração continua com os ataques que precarizam as condições de vida e de trabalho

GRECA CONTRA os serviços públicos e os servidores

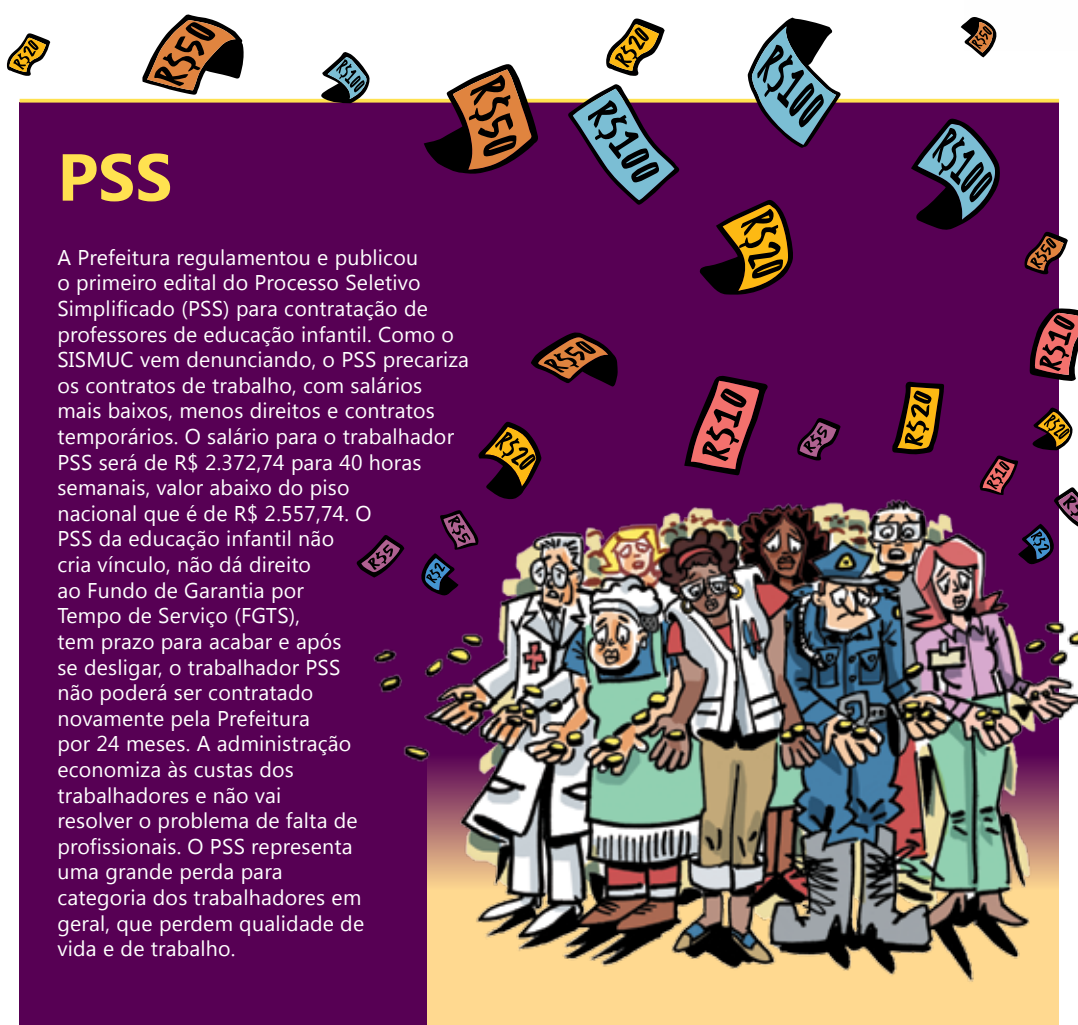
Mudança no auxílio-transporte é o novo ataque contra a categoria e uma manobra para reduzir salários

O prefeito Rafael Greca gosta de anunciar que é pioneiro nos ataques ao funcionalismo público e no ajuste de contas da administração. E ele não está mentindo: é o sistema de capitalização da previdência instituído com o CuritibaPrev que reduz investimento no IPMC, além do saque de R\$ 700 mi que foi feito; é o aumento da alíquota de desconto nos salários para manter o IPMC e o ICS; é a precarização dos contratos de trabalho com a contratação por PSS e a imposição de avaliação funcional que pode terminar em demissão de servidores públicos. São situações que estão sendo colocadas no cenário nacional e estadual que Greca já vem fazendo desde que assumiu seu segundo mandato em 2017. Veja os ataques do mês de julho:

VALE-TRANSPORTE

A aprovação do pacote em 2017, com apoio dos vereadores aliados do prefeito foram muitos e alguns estão chegando agora

para a categoria. É o caso da mudança no auxílio transporte, que passará a ser pago em créditos no cartão transporte da URBS e não mais em dinheiro. Na época da votação na Ópera de Arame, com confronto entre servidores e policiais, foi aprovada a mudança que garante dinheiro em caixa para as empresas de ônibus, sem considerar os servidores que utilizam outras formas para chegar ao trabalho, que não passam pelo transporte público já deficitário. Como foi aprovado pelos “representantes do povo” não há ilegalidade na mudança e **só a mobilização dos servidores em conjunto, poderá barrar este ataque.** O sindicato recomenda que os servidores que utilizam o transporte público para ir ao trabalho preencham o cadastro e fiquem atentos pois o decreto nº 958, que regulamenta a mudança, afirma que o trajeto será monitorado, com risco de punição para o servidor caso o VT seja usado para outros fins. É o estado policialesco em ação! 🚩



ESTABILIDADE EM RISCO

A estabilidade dos trabalhadores no serviço público é um dos atrativos para a carreira, mas isso está sendo ameaçado. O Senado aprovou urgência para votar no plenário o projeto de lei nº 116/2017 que trata do fim da estabilidade. Conforme a proposta os servidores passarão a ter avaliações anuais e poderão ser desligados caso não cumpram os critérios estabelecidos. O processo de avaliação já iniciou na gestão Greca com a Avaliação Funcional implantada no final de 2018 na secretaria de Saúde. A proposta é ampliar o modelo para toda estrutura da administração municipal. Os servidores da saúde estão se sentindo prejudicados com notas baixas nas avaliações, e denunciam que em muitas situações, estão sendo feitas por comissões formadas por apenas uma pessoa, além do forte assédio moral que sofreram em dezembro do ano passado para compor as comissões de avaliações. Nos dois casos a demissão dos servidores não está expressa, e alegam que há espaço para ampla defesa, mas sabemos que os discursos são amenizados para confundir. Só a luta unificada dos servidores na defesa dos direitos duramente conquistados pode barrar os ataques.



AGENDA | AGOSTO

14 Coletivo de Representantes
 Horário: 9h e 14h
 Local: SISMUC
 Rua Nunes Machado, 1577- Rebouças

15 Coletivo dos Aposentados
 Horário: 14h
 Local: SISMUC
 Rua Nunes Machado, 1577- Rebouças

23 a 25 XII Congresso do SISMUC
 Local: Associação Banestado
 Avenida das Praias, nº 369-379
 Praia de Leste – Pontal do Paraná

CHEGOU A HORA. Os rumos das lutas do sindicato nos próximos anos serão decididos no evento que acontece de 23 a 25 de agosto

Tudo pronto para o XII Congresso do SISMUC

Número de delegados inscritos nos locais de trabalho bateu recorde com mais de 700 inscrições

Agora é estudar os temas e preparar a mala! Com delegados eleitos e as teses publicadas, estamos ultimando os preparativos para realização do XII Congresso do SISMUC, que vai reunir os servidores públicos municipais entre os dias 23 e 25 de agosto na Associação Banestado, na Praia de Leste. Os rumos da luta sindical e a conjuntura local, nacional e internacional serão debatidos durante este que promete ser um dos maiores Congressos realizados pelo sindicato. Foram duas teses inscritas que vão nortear os debates e já podem ser conferidas no site do evento (sismuc.org.br/congresso2019).

Com direito a voz e voto, além dos delegados inscritos nos locais de trabalho, foram eleitos delegados no coletivo dos aposentados. Ainda foram eleitos 25 observadores, que poderão acompanhar os debates e votações, sem direito a voz e voto. Como o número de delegados inscritos superou o número de 600 previsto inicialmente, não houve eleição para vagas remanescentes. Os delegados que por algum motivo não puderem participar do Congresso devem avisar a Comissão Organizadora até o dia 16 de agosto para convocação do suplente.

Os participantes têm garantida a estadia, alimentação e recreação para filhos com até 13 anos. Quem for levar os filhos devem preencher o termo de responsabilidade para uso da creche, disponível no site. Também será ofertado transporte de Curitiba até o local do Congresso.

Os ônibus vão sair da frente da Câmara Municipal de Curitiba a partir das 14 horas da sexta-feira, 23 de agosto, e no sábado (24), a saída é às 7h. Após a plenária do dia 25, haverá o retorno dos ônibus.

Fique de olho e acompanhe as notícias sobre o Congresso nos meios de comunicação oficiais do SISMUC. Não perca esta oportunidade de participar de um amplo debate que envolve seu trabalho e o atendimento de serviços da população curitibana. ▲



FIQUE POR DENTRO XII CONGRESSO DO SISMUC

▶ SEXTA-FEIRA 23 DE AGOSTO 2019

15h30 | Início do credenciamento
19h | Atividade Cultural
20h30 | Mesa de Abertura

▶ SÁBADO 24 DE AGOSTO 2019

8h | Início do credenciamento
9h | Análise de Conjuntura
11h | Fim do credenciamento
11h30 | Plenária de leitura e aprovação do regimento
12h30 | Almoço
14h | Trabalhos em grupo
19h | Jantar
20h | Oficinas temáticas
22h30 | Baile

▶ DOMINGO 25 DE AGOSTO 2019

8h | Continuidade dos trabalhos em grupos
11h | Encerramento dos trabalhos em grupos
Sistematização emendas e moções
12h | Almoço
13h30 | Plenária Geral

▶ LOCAL:

Associação Banestado
Avenida das Praias, nº 369-379
Praia de Leste - Pontal do Paraná

▶ TRANSPORTE

Saída da frente da CMC
Rua Barão do Rio Branco, 720



23 a partir das 14h

24 7h

Saúde em estado de greve

▶ Contra a implantação de Organização Social (O.S.) nas UPAs Boa Vista, Cajuru e Sítio Cercado, os servidores municipais da saúde estão em Estado de Greve há mais de 30 dias. Com a medida, o atendimento para população não é prejudicado e os encaminhamentos jurídicos protegem os servidores dos ataques da gestão, impossibilitando o remanejamento forçado, como foi anunciado para implantação da OS nas UPAs a partir de novembro. ▲

Repórter da Base



Servidores são contra o desmonte da saúde pública

Sindicato oferece orientação jurídica

Tire suas dúvidas sobre processos em andamento e veja como proceder quando a ação começa a ser paga

OSISMUC oferece atendimento jurídico individual e coletivo para os servidores públicos municipais de Curitiba sindicalizados. Os interessados em receber orientação jurídica individual devem agendar o atendimento com antecedência pelo tel.: 3322-2475. O atendimento acontece na sede do sindicato, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h20.

No caso das ações ganhas e já em execução, quando começam a ser pagas, os servidores devem lembrar que 10% do valor da ação é para quitar os gastos com o processo: 4% para honorários advocatícios e 6% para o sindicato cobrir os custos do processo, conforme decidido pela categoria no X Congresso do SISMUC realizado em 2014. Em muitas

situações, durante a execução já é reduzido o valor referente aos honorários e custas, mas quando isso não ocorrer o servidor deve procurar o sindicato.

Em especial, nas ações da Guarda Municipal e do Serviço Funerário, não houve destacamento prévio do 10% mencionado, sendo necessário que o servidor que receba valores nestas ações compareçam ao sindicato para orientações de pagamento deste valor.

Relembramos que os honorários devem ser obrigatoriamente pagos e são a justa remuneração do advogado enquanto trabalhador, bem como ajudam a manter a estrutura do sindicato, contribuindo na luta por melhores condições de vida e trabalho.